

## COTAS UNIVERSITÁRIAS: EXPLORANDO CAMINHOS PARA JOVENS EM CONTEXTOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS

Henrique Caetano Nardi; Liliana Dantas da Silva; Raquel da Silva Silveira; Luis Artur Costa; Andressa Amaral de Moraes; Leonardo Régis de Paula; Bruno Armando Papini; Camila Santos Pereira; Hayane Luiz Telles Leotte; André Felipe Giglio Nunes.

Desde a redemocratização, o Brasil alinhou-se à ordem jurídica internacional que busca a garantia dos direitos humanos. Para tanto, tem sido desenvolvidas políticas públicas de enfrentamento à violação de direitos. Estudos recentes apontam a juventude negra brasileira como alvo principal de homicídios e envolvimento com tráfico de drogas, situações que interrompem projetos de vida duradouros e socialmente positivos. Assim, acredita-se que o sistema de cotas raciais e sociais pode ser uma estratégia importante no enfrentamento às desigualdades sociais. A formação universitária abre possibilidades de inserção no mercado de trabalho mais qualificado, bem como amplia os horizontes de vida dos/as estudantes. Além disso, a inserção de pessoas oriundas de realidades sociais vulneráveis na universidade contribui para a problematização das teorias e práticas acadêmicas, forçando a efetivação da função social da universidade para resolução de problemas sociais relevantes. Por estas razões, o presente projeto de extensão visa divulgar e discutir as cotas junto aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares, compreendendo a importância da abertura de um horizonte universitário nos projetos de vida destas pessoas.

Nesse contexto, estamos ampliando nosso público-alvo, o que nos faz acreditar numa ampliação significativa de nossas ações. Em termos de relevância social, pontuamos que apesar dos avanços jurídicos no campo dos direitos humanos e das políticas sociais brasileiras, cujos efeitos se materializam nos indicadores sociais e econômicos de nossa sociedade, as situações de violência extrema, discriminação e preconceito marcam ainda nosso cotidiano, permeando distintas esferas das relações sociais. Estudos recentes, produzidos pelo IPEA (2011), pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2012), pela equipe responsável pelo Mapa da Violência 2014 (Waiselfisz, 2014), pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), e pelo Projeto Trans Murder Monitoring, confirmam as denúncias dos movimentos sociais de que os marcadores sociais de raça-etnia/gênero-sexualidade/classe/geração colocam grande parte da população brasileira em situações de maior vulnerabilidade e risco de violação de direitos humanos.

Entendemos ser fundamental a participação da universidade pública na consolidação das políticas de ações afirmativas, com o intuito de facilitar o acesso à informação à população jovem a respeito de seus direitos e possibilidades de ingresso no ensino superior. Estudos internos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre a efetivação das cotas sociais e raciais têm demonstrado a necessidade de estreitar laços com as escolas públicas para aprimorar a divulgação de informações. Além disso, faz-se necessária a sensibilização da comunidade escolar sobre a importância de apresentar alternativas aos projetos de vida da juventude envolvida em conflitos com a lei. Devido ao nosso contato com a Fundação de Acompanhamento Sócio-Educativo (FASE), notamos que além da falta de informação, é necessário ações de sensibilização sobre esse tema. Entendemos que esse acompanhamento não se dá apenas ao/à jovem em si, mas também a suas famílias e à comunidade em que estão inseridos/as. A partir do referencial teórico da Educação Popular de Paulo Freire, da analítica do poder de Michel Foucault e dos estudos da psicologia social do racismo (Maria Aparecida Bento, Iray Carone), trabalhando com rodas de conversas e oficinas com os/as jovens em questão, com suas famílias e com a comunidade escolar.